

A ECONOMIA DO (NEOLIBERALISMO) POSSÍVEL

Diogo Moreira

JAVIER SANTISO

Latin America's Political Economy of the Possible: Beyond Good Revolutionaries and Free Marketeers

Cambridge MA,
MIT Press,
2006, 272 páginas

Javier Santiso é um perito em economia política que escreveu vários livros sobre a temática do desenvolvimento na América Latina¹. Tendo começado por ter uma brilhante carreira académica, sobretudo centrada no estudo da temporalidade dos processos políticos², Santiso rapidamente deu o salto para a carreira de analista económico, tendo chegado a economista-chefe para a América Latina do BBVA (Banco Bilbao Vizcaya Argentaria), sendo agora director adjunto do Centro para o Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento na Europa (OCDE).

No autor deste livro temos, assim, alguém que combina um considerável historial académico com uma forte componente de aconselhamento tecnocrático para a criação de políticas concretas (*policy-making*). Como veremos, a dualidade do autor é facilmente perceptível, em detrimento do possível objecto do próprio livro.

Antes de mais convém salientar que este livro não é uma obra de carácter académico, mas sim de divulgação geral, embora o leitor tenha necessariamente de possuir conhecimentos de economia e/ou ciência

política para compreender muitos dos argumentos expostos. Tal reduz grandemente a possibilidade de o livro poder ser compreendido por pessoas estranhas à academia, ao mesmo tempo que a ausência de elementos essenciais a uma obra académica, como a divulgação de pontos de vista e/ou argumentos alternativos às teses expostas, assim como a inexistência de remissão bibliográfica para as várias referências que se fazem no texto, levamos a indicar esta obra como sendo não-académica, o que, combinado com o pendor técnico de parte do seu conteúdo, reduz em muito o público-alvo aconselhado.

O POSSIBILISMO

A tese que este livro procura defender é simples: assiste-se hoje em dia, na América Latina, ao despontar da «economia política do possível», ou seja, os paradigmas ideológicos do passado estariam a ser suplantados pelo pragmatismo (designado por *possibilismo*) que Albert Hirschman tão precocemente havia sugerido em 1971³. Esses paradigmas perigosos e obsoletos seriam, por um lado, os «bons revolucio-

nários que postulavam a necessidade da revolução marxista como a única forma de atingir o desenvolvimento da região, e, por outro, os «mercadores livres» (também conhecidos como a Escola de Chicago), defensores da famosa agenda neoliberal que Pinochet viria a estabelecer no Chile. E o que é o *possibilismo*? Uma excelente questão que, infelizmente, não é respondida satisfatoriamente ao longo do livro. *Possibilismo* é a «economia política pragmática, que combina a ortodoxia neoliberal com políticas sociais progressivas»⁴. Ou seja, teríamos estados que seguem uma política monetária e orçamental restritiva e que, ao mesmo tempo que executam privatizações de cariz neoliberal, estariam a investir abundantemente em políticas de índole social.

Escusado será dizer que isto parece ser uma contradição nos termos, visto que se tivermos a obrigação de possuímos um orçamento público excedentário (algo que parece ser indispensável nos países da região, em virtude da sua enorme dependência dos fluxos monetários internacionais, que tendem a penalizar fortemente todos os países da América Latina com prémios de risco sobre as suas obrigações do Tesouro, graças ao seu historial de instabilidade) ao mesmo tempo que procuramos criar de raiz e/ou desenvolver políticas sociais que visem reduzir a pobreza em países que estão entre os menos desenvolvidos do mundo... bem, não me constava que a «árvore das patacas» estivesse na América Latina.

É claro que as receitas das privatizações poderão, no curto prazo, minorar este fosso entre receitas (que terão que ser

superiores às despesas) e despesas sociais (que são sempre muito superiores na fase inicial de criação dos sistemas sociais públicos, como Portugal aprendeu entre 1974 e 1979). Contudo, é inevitável que há aqui aspectos fortemente contraditórios no médio-longo prazo.

Peguemos no caso do Chile, apontado nesta obra como o exemplo máximo do pragmatismo. Um dos objectivos fundamentais de qualquer neoliberal que se preze é a privatização do sistema de pensões público. Pois o Chile, sob a liderança de Pinochet, privatizou o seu sistema de pensões em 1981. Nas palavras de Santiso, «o sistema de pensões privadas do Chile é uma jóia do *possibilismo*, pois combina privatização e *regulação*»⁵. Parece então que um dos grandes objectivos do pragmatismo, presente na «economia política do possível», é conseguir criar instituições que regulem o capitalismo selvagem criado pelos «mercadores livres» *made in Chicago*. O que nos poderá pôr a pensar em que medida é que as sucessivas crises financeiras da América Latina não se ficarão a dever a um «excesso de mercado», em resultado sobretudo da agenda neoliberal, e que a solução não passará por dotar os estados de força institucional suficiente para afrontar e regular o próprio mercado, o que manifestamente hoje não existe na região.

Os indicadores económicos do sistema de pensões *possibilitista* do Chile são espantosos a todos os níveis: os bens que fazem parte dos fundos de investimento que sustentam as pensões chilenas são 60 por cento do PIB chileno, e têm conseguido *performances* de crescimento de, em média,

dez por cento ao ano, no período entre 1981 e 2002⁶. Contudo, os seus indicadores sociais são dramáticos: mais de metade dos pensionistas englobados neste sistema não irão conseguir poupar o suficiente para poder usufruir de uma pensão mínima estimada em 130 dólares por mês⁷! Ou seja, as virtualidades do sistema de pensões chileno parecem ser um atributo exclusivo de classes altas e médias, que obtêm considerável rentabilidade económica, condenando as pessoas com menos capacidades económicas a reformas reduzidas. Acrescente-se que este sistema de pensões não é obrigatório, havendo, na ausência de um sistema público, pessoas que não possuem nenhuma pensão. E é a isto que pretendem chamar políticas sociais inclusivas?

O NEOLIBERALISMO E O SEU CONTRAPONTO IDEOLÓGICO

Em parte, o erro que pressupõe a base de toda esta obra é a afirmação de que o contraponto paradigmático do neoliberalismo (pelo menos a versão «democrática») é a revolução de índole marxista ou afins. Tal é incorrecto, e poderá ser o resultado propositado, ou não, dessa comparação beneficiar os neoliberais, visto que a alternativa é tão má que põe em causa a democracia, algo que à primeira vista o neoliberalismo parece não contradizer. O contraponto ideológico do neoliberalismo é o Estado intervencionista, base fundamental da social-democracia, do socialismo democrático e da democracia igualitária.

Para que o Estado possua funções sociais (educação, saúde e segurança social públicas) é necessário que se aproprie da maio-

ria da riqueza do país de forma a financiar tais propósitos. E também é óbvio que se dependermos de um sistema de impostos directos e progressivos (vulgo o nosso IRS) para atingir esse objectivo caberá às classes altas, mas sobretudo às classes médias, suportar o custo desses sistemas públicos, para que as classes menos afluentes possam usufruir deles a custos reduzidos.

O neoliberalismo é a negação destas funções sociais do Estado. Na versão selvagem do neoliberalismo, o Estado deveria restringir-se à função essencial de manter a segurança da sociedade e o respeito pelo Estado de direito através do seu aparelho coercivo. Tudo o mais seria assegurado pelo mercado. Numa versão mais suave, o neoliberalismo defende também que ao Estado deverão caber poderes de regulação do mercado, já não considerado perfeito, mas que em nenhuma circunstância poderá intervir no mercado, nem fornecer serviços públicos para os mais desfavorecidos, visto que para tal é necessário um índice de despesa pública in comportável em termos neoliberais. Assim, o Estado não poderá fazer grande coisa para reduzir as desigualdades sociais, a não ser esperar que o mercado as faça.

O possibilismo parece-se, assim, muito com uma defesa encapotada do neoliberalismo suave, acompanhado por uns pozinhos de auxílio aos mais desfavorecidos. Nada mais do que um remédio de curta duração, pois não sendo possível dotar os estados da América Latina com os instrumentos necessários para poder intervir no mercado (e não, não falo de nacionalizações),

exclui-se a hipótese de se criarem sistemas públicos capazes de aminorar as desigualdades entre camadas populacionais. Em termos de economia política da região, também se consegue vislumbrar, nas entrelinhas, que Santiso defende que o futuro do desenvolvimento da América Latina passa por uma maior e mais aprofundada integração regional dos países que visem constituir um único bloco económico, quiçá com uma moeda única, como forma de reduzir a imprevisibilidade dos fluxos monetários externos à região.

Tal parece ser a temática por detrás do capítulo sobre o México, em que é justamente o facto de este país ter assinado um acordo de comércio livre com os EUA e com o Canadá que merece por inteiro os rasgados elogios de Santiso⁸. Para vencer a fragilidade da moeda mexicana face a movimentos de capital internacional, o México agarrou-se à maior economia do mundo, tendo esse enorme condicionante externo, que é a maciça infusão de capital americano, sido determinante para que a mudança de ciclo político não degenerasse, como era tradição, numa profunda crise financeira.

A maldição da América Latina, como a do conjunto dos países subdesenvolvidos, não se deve ao facto de ser o continente das

utopias⁹, que segue paradigmas ideológicos obsoletos (pelo menos um deles está obsoleto, já que o neoliberal está vivo em todo o mundo). A pobreza não nasceu por causa das utopias – as utopias é que nasceram por causa da pobreza. Quando temos uma região que entra em recessão económica quando os países desenvolvidos «ameaçam espirrar», ou quando basta um presidente eleito de esquerda não tomar medidas de carácter nacionalista, ou apenas continuar alguns esforços de consolidação orçamental (aliás impostos por compromissos com instituições internacionais) do seu predecessor, para o capital estrangeiro ver o Brasil como um país com viabilidade económica (aliás o terceiro exemplo de *possibilismo*) – é possível ter uma noção de como toda a região se encontra refém do investimento volátil das regiões desenvolvidas. Vivendo de e para o capital, não espanta que seja um terreno tão fértil para o neoliberalismo. É claro que é ainda mais triste quando o capital é esmagadoramente estrangeiro, e logo facilmente movível.

Talvez o maior contributo que esta obra poderá trazer para nós, em Portugal, é o arrepiar na espinha, que nos leva a pensar o que seria do nosso país se este recântulo, à beira-mar plantado, existisse no outro lado do Atlântico. **RI**

NOTAS

- 1 SANTISO, Javier – *The Political Economy of Emerging Markets: Actors, Institutions and Crisis in Latin America*. Nova York e Londres: Palgrave, 2003.
- 2 SCHMITTER, Philippe C., e SANTISO, Javier – «Three temporal dimensions to the consolidation of democracy». In *International Political Science Review*, vol. 19, n.º 1, 1998, pp. 69-92.
- 3 HIRSCHMAN, Albert – *A Bias for Hope: Essays on Development and Latin America*. Yale University Press, 1971.
- 4 SANTISO, Javier – *Latin America's Political Economy of the Possible: Beyond Good Revolutionaries and Free Marketeers*. Cambridge MA: MIT Press, 2006, p. 4 [tradução do autor].
- 5 *Ibidem*, p. 103 [tradução e ênfase do autor].
- 6 *Ibidem*, p. 106.
- 7 *Ibidem*.
- 8 *Ibidem*, p. 210.
- 9 *Ibidem*, p. 9.

BIBLIOGRAFIA

HIRSCHMAN, Albert – *A Bias for Hope: Essays on Development and Latin America*. Yale University Press, 1971.

SANTISO, Javier – *The Political Economy of Emerging Markets: Actors, Institutions and Crisis in Latin America*. Nova York e Londres: Palgrave, 2003.

SANTISO, Javier – *Latin America's Political Economy of the Possible: Beyond Good Revolutionaries and Free Marketeers*. Cambridge MA: MIT Press, 2006.

SCHMITTER, Philippe C., e SANTISO, Javier – «Three temporal dimensions to the consolidation of democracy». In *International Political Science Review*, vol. 19, n.º 1, 1998, pp. 69-92.